DIÁRIO RO
diarioro.com.br
Mala Direta Endereçada
Nº. 10.483.593/0001-48
Editora Gráfica Voz Regional LTDA
Correios

Ano XVII - Edição 1147 | Porto Velho - RO, 24 de novembro de 2026 | R$ 2,00

TJRO mantém bloqueio de até R$ 37 milhões contra Ivo Cassol por despesas com segurança

O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) manteve a autorização para bloqueio de ativos financeiros do ex-governador Ivo Narciso Cassol, até o limite de R$ 37.260.160,33, em processo de ressarcimento aos cofres públicos por despesas com segurança institucional.

Leia mais na pág. 03



Decisão unânime rejeita recurso da defesa e autoriza tentativas de bloqueio por 30 dias para ressarcimento aos cofres públicos.

Sílvia Cristina contribui para implantação da Teleneuro para atendimento de crianças neurodivergentes



Serviço em Ouro Preto do Oeste terá atendimento por telemedicina em parceria com o Hospital Pequeno Príncipe.

PÁGINA 02

Marcos Rogério prepara mudanças no Governo e reunião decisiva pode definir os rumos da nova gestão

PÁGINA 03



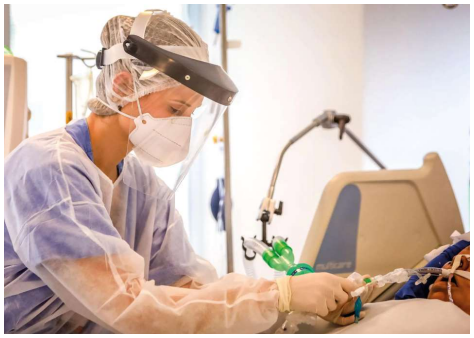
Prefeitura de Porto Velho prepara moradores para simulado de segurança da barragem de Santo Antônio



Exercícios serão realizados entre 4 e 7 de dezembro, com orientações aos moradores sobre sirenes, rotas de fuga e pontos de encontro em caso de emergência.

PÁGINA 05

Internações por doenças respiratórias aumentam 33% em Rondônia e acendem alerta na saúde



Porto Velho concentra 59% dos casos graves registrados em outubro; crianças menores de cinco anos representam a maioria das hospitalizações.

PÁGINA 04

Deputado Alex Redano destaca ações no período em que esteve à frente do Governo de Rondônia



Convocação de 479 aprovados na Educação e revogação das restrições ao garimpo no Rio Madeira estão entre os destaques da gestão interina de Alex Redano.

PÁGINA 02

Sílvia Cristina contribui para implantação da Teleneuro para atendimento de crianças neurodivergentes em Rondônia

Uma emenda parlamentar da deputada federal Sílvia Cristina (PP) contribuiu para a implantação da Teleneuro em Ouro Preto do Oeste, iniciativa que vai ampliar o acesso ao diagnóstico e ao acompanhamento de crianças neurodivergentes em Rondônia. O serviço funciona em parceria com o Hospital Pequeno Príncipe e também recebeu recursos destinados pelo deputado estadual Laerte Gomes.

Sílvia participou da inauguração ao lado de Laerte e do prefeito de Vale do Paraíso, Charles Gomes, idealizador do projeto. Durante a apresentação, a deputada destacou que a estrutura representa um avanço para famílias que enfrentam dificuldades para conseguir avaliação especializada e iniciar o tratamento de suas crianças.

A parlamentar contou que, ao conhecer a proposta apresentada por Charles, incentivou o prefeito a buscar a parceria com o Hospital Pequeno Príncipe. Com atendimento por telemedicina, a iniciativa pretende aproximar os especialistas das famílias e ampliar a assistência na região. “Há tanta dificuldade de fechamento de diagnóstico, de início de tratamento de crianças com autismo ou neurodivergentes. Agora, sim, é um novo momento”, afirmou a deputada.

Charles Gomes agradeceu o apoio de Sílvia Cristina e ressaltou que a parceria ajudou a transformar o projeto em realidade. Segundo o prefeito, os atendimentos começarão com pacientes de Vale do Paraíso, encaminhados pela regulação, e terão continuidade com os demais municípios consorciados.

“A palavra é gratidão. Se isso está acontecendo, com certeza, é porque a parceria da deputada foi o que nos incentivou e estimulou para que a gente corresse atrás”, declarou Charles.



Serviço em Ouro Preto do Oeste terá atendimento por telemedicina em parceria com o Hospital Pequeno Príncipe.

Ao destacar a destinação das emendas, Sílvia reconheceu a contribuição de Laerte Gomes e defendeu novas parcerias para dar continuidade ao trabalho. Nas redes sociais, a deputada também parabenizou Charles e o presidente do Cimcero, Gio Damo, pela iniciativa. “Cuidar das nossas crianças é investir no futuro”, ressaltou a parlamentar.

Deputado Alex Redano destaca ações no período em que esteve à frente do Governo de Rondônia

Deputado estadual do Republicanos apresenta balanço de sua passagem interina pelo Governo de Rondônia, com ações relacionadas à mineração, meio ambiente, infraestrutura e liberdade religiosa.

A convocação de 479 aprovados no concurso público da Educação e a revogação do decreto que proibia o garimpo no Rio Madeira estão entre as medidas destacadas pelo deputado estadual Alex Redano, do Republicanos, em um balanço sobre o período em que exerceu interinamente o cargo de governador de Rondônia.



Serviço em Ouro Preto do Oeste terá atendimento por telemedicina em parceria com o Hospital Pequeno Príncipe.

Na área ambiental, o parlamentar mencionou iniciativas voltadas ao incentivo do crédito de carbono para produtores rurais. Também foi apresentado, segundo o balanço, um projeto de lei relacionado à atividade minerária, com propostas direcionadas à segurança e à proteção ambiental.

Outra medida citada por Redano envolve a liberdade religiosa. Durante sua passagem pelo Executivo estadual, foi apresentado um projeto de lei destinado a tratar do tema e garantir a guarda do sábado.

A infraestrutura também integrou o conjunto de ações relacionadas pelo deputado. Entre os pontos mencionados estão os avanços para a Hidrovia do Madeira, considerada uma das pautas trabalhadas durante o exercício temporário do governo.

Em relação à atividade garimpeira, Redano ressaltou a revogação do decreto que estabelecia a proibição do garimpo no Rio Madeira. A medida foi incluída entre as principais decisões de sua gestão interina.

Ao comentar a experiência à frente do Executivo, o parlamentar afirmou que o período representou uma responsabilidade e uma oportunidade de transformar o diálogo em medidas voltadas ao desenvolvimento estadual e à qualidade de vida da população. Redano também agradeceu ao governador Coronel Marcos Rocha pela confiança, autonomia e apoio recebidos durante o período em que esteve no comando do Governo de Rondônia.

O balanço apresentado pelo parlamentar reúne medidas administrativas e propostas legislativas de diferentes áreas, algumas das quais ainda dependem de análise ou de etapas posteriores para sua implementação.

Entre elas, a revogação das restrições ao garimpo no Rio Madeira também passou a ser objeto de questionamentos por parte do Ministério Público de Rondônia (MPRO), que solicitou à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) que não conceda autorizações com fundamento na nova norma. O episódio evidencia que parte das iniciativas anunciadas durante a gestão interina ainda poderá passar por avaliações jurídicas e administrativas.

DIÁRIO RO diarioro.com.br

Empresa Jornalística Voz Regional
CNPJ: 10.483.593/0001-48
Fundado em 19 de Novembro de 2008

Rua General Osório, 243 - Centro
CEP: 76801-086 - Porto Velho - Rondônia

Jornalismo
(69) 3224-2485
jornalismo.diarioro@gmail.com

REDAÇÃO
Rua General Osório, 243,
Centro - Porto Velho - RO

Redação
diarioderondonia@gmail.com

Comercial
vozregionaladm@gmail.com
(69) 99264-1811

Os artigos e matérias são de responsabilidade dos seus autores e não refletem a opinião do veículo.

TJRO mantém bloqueio de até R$ 37 milhões contra Ivo Cassol por despesas com segurança

O Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO) manteve a autorização para bloqueio de ativos financeiros do ex-governador Ivo Narciso Cassol, até o limite de R$ 37.260.160,33, em processo de ressarcimento aos cofres públicos por despesas com segurança institucional. A decisão foi tomada por unanimidade, após a rejeição de recurso apresentado pela defesa, que buscava encerrar a cobrança judicial ou modificar as condições estabelecidas para a constrição patrimonial. A medida permite a repetição automática das tentativas de bloqueio durante 30 dias.

O julgamento ocorreu no Agravo de Instrumento nº 0810063-57.2026.8.22.0000, sob relatoria do juiz Ilisir Bueno Rodrigues. A cobrança tem origem em uma ação popular que resultou na obrigação de ressarcimento de despesas relacionadas à segurança institucional prestada a Cassol na condição de ex-governador. A defesa argumentou que a Lei Estadual nº 6.284/2025, que passou a assegurar proteção institucional a ex-governadores, poderia modificar ou extinguir a obrigação. Entretanto, o Tribunal concluiu que a legislação não possui efeitos retroativos e não alcança despesas anteriores à sua vigência.

Os magistrados também rejeitaram argumentos fundamentados em decisões do Supremo Tribunal Federal (STF) e na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro (LINDB). Segundo o colegiado, as questões apresentadas já haviam sido analisadas em procedimentos anteriores, incluindo uma ação rescisória julgada improcedente. O entendimento foi de que a nova legislação estadual não representa perdão da dívida nem autoriza a revisão de uma condenação judicial definitiva.

Outro ponto analisado foi o valor estabelecido para o bloqueio eletrônico. Cassol questionou a ausência de homologação prévia dos cálculos e alegou possível excesso na cobrança, mas o Tribunal afastou a contestação por não ter sido apresentado demonstrativo detalhado com o valor considerado correto pela defesa. O colegiado também considerou legítima a utilização do Sistema de Busca de Ativos do Poder Judiciário (Sisbajud), incluindo a renovação automática das ordens por 30 dias, conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça (STJ).

Apesar da rejeição integral do recurso, o TJRO afastou o pedido de condenação do ex-governador por litigância de má-fé, por entender que a apresentação de argumentos jurídicos não caracteriza, por si só, conduta processual abusiva. Com a decisão, permanece válida a autorização para bloqueio de até R$ 37,2 milhões. O acórdão, entretanto, não informa se houve efetiva localização ou bloqueio de recursos financeiros, limitando-se a confirmar a continuidade da execução judicial.



Decisão unânime rejeita recurso da defesa e autoriza tentativas de bloqueio por 30 dias para ressarcimento aos cofres públicos.

A continuidade do processo permitirá novas tentativas de localização de recursos financeiros para garantir o cumprimento da condenação. Caso sejam identificados valores passíveis de bloqueio, a defesa poderá apresentar questionamentos sobre eventuais excessos ou sobre a natureza impenhorável dos recursos atingidos. A medida mantém em andamento a cobrança judicial, cujo objetivo é assegurar a restituição dos valores reconhecidos como devidos aos cofres públicos.

Marcos Rogério prepara mudanças no Governo e reunião decisiva pode definir os rumos da nova gestão



Com o futuro secretariado ainda indefinido, equipe de transição se reúne nesta terça-feira (24) para avaliar a situação financeira, os contratos e os desafios da saúde, segurança pública e infraestrutura estadual.

A transição de governo em Rondônia entra em uma etapa importante nesta semana. Com a posse do governador eleito Marcos Rogério (PL) se aproximando, a equipe responsável por levantar as condições administrativas do Estado prepara uma nova reunião para terça-feira, 24 de novembro. O encontro poderá oferecer um retrato mais detalhado da estrutura que a futura administração encontrará em janeiro de 2027.

Coordenados por Lúcio Mosquini, os integrantes da comissão trabalham na consolidação de informações que deverão subsidiar as primeiras decisões da próxima gestão. O levantamento envolve contratos administrativos, condições financeiras, estrutura dos serviços públicos e demandas consideradas prioritárias.

A reunião ocorre em um momento de expectativa política. Embora as especulações sobre o futuro primeiro escalão se intensifiquem, Marcos Rogério ainda não anunciou oficialmente os nomes dos principais secretários.

Saúde e segurança devem concentrar atenções

Duas das áreas mais sensíveis da administração estadual estão no centro das discussões: saúde e segurança pública.

Na saúde, a futura gestão precisará conhecer a capacidade de atendimento da rede hospitalar, as obrigações contratuais existentes e as necessidades de investimento. O diagnóstico será essencial para estabelecer prioridades e avaliar a continuidade dos serviços.

Na segurança, o desafio envolve a manutenção das operações policiais, a estrutura dos órgãos estaduais e o planejamento das políticas de enfrentamento à criminalidade.

Outros setores estratégicos também integram o levantamento, como educação, rodovias, meio ambiente e finanças públicas.

Paralelamente ao trabalho técnico, existe uma movimentação política em torno da composição do próximo governo.

As escolhas para o secretariado serão um dos primeiros indicadores do perfil administrativo de Marcos Rogério. Elas poderão revelar o espaço reservado a aliados políticos, técnicos de carreira e representantes de diferentes grupos que participaram do processo eleitoral. Até o momento, porém, possíveis indicações permanecem no campo das articulações e especulações, sem confirmação oficial.

O verdadeiro desafio começa depois da posse

A mudança no comando do Executivo não representa apenas a substituição de nomes. Também exige decisões sobre contratos, orçamento, prioridades de investimentos e funcionamento da máquina pública. O período inicial será determinante para avaliar a capacidade do novo governo de transformar o diagnóstico da transição em medidas concretas.

A próxima reunião poderá indicar quais áreas exigem providências mais urgentes. Resta saber se os documentos apresentados serão definitivos ou se novas etapas de levantamento ainda serão necessárias.

Ministério Público reage a decreto de Alex Redano e pede que Sedam não autorize garimpo com base na nova norma



Órgão solicita que a Sedam não conceda autorizações com base na nova norma, que revogou restrições ambientais estabelecidas em 1991.

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) solicitou à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental (Sedam) que não conceda autorizações para atividades garimpeiras com base no Decreto Estadual nº 32.266/2026, assinado pelo governador em exercício, Alex Redano. Publicada em 17 de novembro, a medida revogou uma norma de 1991 que restringia a exploração mineral em um trecho do Rio Madeira, provocando questionamentos jurídicos e ambientais.

A solicitação foi encaminhada pelo Grupo de Atuação Especial do Meio Ambiente (Gaema), por meio de ofício datado de 18 de novembro. O documento recomenda que a Sedam se abstenha de emitir autorizações ou dar continuidade a procedimentos fundamentados no novo decreto. A norma revogada estabelecia restrições à atividade garimpeira no trecho do Rio Madeira entre a Cachoeira de Santo Antônio e a divisa de Rondônia com o Amazonas.

O principal argumento do Ministério Público está relacionado a uma decisão do Tribunal de Justiça de Rondônia (TJRO), proferida em julho de 2022, que declarou inconstitucionais dispositivos de um decreto estadual de 2021 que também havia revogado restrições ambientais na região. Segundo o entendimento judicial, o Poder Executivo ultrapassou os limites de sua competência regulamentar ao tratar de questões relacionadas à exploração mineral.

Na justificativa da nova medida, o governo estadual menciona parecer da Advocacia-Geral da União (AGU), segundo o qual a restrição estabelecida em 1991 teria ultrapassado a competência estadual para disciplinar a exploração mineral. Entretanto, o MPRO sustenta que a publicação de outro decreto não pode desconsiderar os efeitos de uma decisão judicial definitiva. O órgão instaurou uma Notícia de Fato e encaminhou representação ao procurador-geral de Justiça para análise de possível inconstitucionalidade.

Apesar da revogação, a exploração de ouro no Rio Madeira continua condicionada ao cumprimento das exigências legais, incluindo título minerário regular e licenciamento ambiental. O pedido do Ministério Público não suspende automaticamente o decreto, mas busca impedir que a norma seja utilizada como fundamento para novas autorizações enquanto sua legalidade é questionada. A controvérsia deverá continuar sendo acompanhada pelos órgãos de fiscalização e controle ambiental.



Internações respiratórias disparam 33% em Rondônia, Covid volta a crescer e Porto Velho concentra maioria dos casos graves



Porto Velho concentra 59% dos casos graves registrados em outubro; crianças menores de cinco anos representam a maioria das hospitalizações.

As internações por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) aumentaram 33% em Rondônia no mês de outubro, passando de 46 registros em setembro para 61 no mês seguinte. Os dados são da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), divulgados pela Agência Estadual de Vigilância em Saúde (Agevisa), que intensificou o monitoramento da circulação de vírus respiratórios no estado diante da chegada do inverno amazônico.

Porto Velho concentra a maior parte das ocorrências, com 36 internações registradas em outubro, o equivalente a 59% do total estadual. Na capital, o número de hospitalizações mais que dobrou em relação ao mês anterior, aumentando a preocupação das autoridades de saúde com a circulação de doenças respiratórias e a necessidade de acompanhamento dos pacientes mais vulneráveis.

Apesar do crescimento das internações, a Agevisa esclarece que o aumento não está diretamente relacionado ao agravamento da Covid-19. Entre os 20 pacientes hospitalizados com identificação viral confirmada, 15 apresentaram resultado positivo para rinovírus, agente responsável por infecções respiratórias que podem provocar complicações, especialmente em crianças pequenas, idosos e pessoas com baixa imunidade.

Em relação à Covid-19, foram registradas duas internações em Rondônia durante outubro, ambas em Porto Velho, sem ocorrência de mortes. Exames realizados pelo Laboratório Central de Saúde Pública (Lacen) também identificaram a presença do coronavírus em aproximadamente 9% das amostras analisadas. O Ministério da Saúde apontou crescimento recente dos casos leves da doença em 18 unidades da Federação, incluindo Rondônia, embora os indicadores nacionais de gravidade permaneçam abaixo dos registrados no mesmo período de 2025.

Outro dado que chama a atenção é a elevada participação do público infantil nas hospitalizações. Segundo o levantamento estadual, crianças menores de cinco anos representaram 69% das internações por síndrome respiratória grave em outubro. A situação reforça a necessidade de cuidados preventivos e atenção aos primeiros sinais de agravamento, como dificuldade para respirar, febre persistente e alterações no estado geral.

Diante desse cenário, a Agevisa reforçou a importância da vacinação e das medidas de prevenção. A orientação é manter a caderneta de imunização atualizada, higienizar frequentemente as mãos, garantir a ventilação dos ambientes e utilizar máscaras em caso de sintomas respiratórios. As vacinas recomendadas pelo calendário nacional estão disponíveis gratuitamente nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) dos 52 municípios rondonienses.

As autoridades de saúde destacam que, embora o aumento das notificações de Covid-19 exija acompanhamento, os dados não indicam uma nova crise de hospitalizações provocadas pelo coronavírus.

A principal preocupação permanece relacionada ao avanço das síndromes respiratórias graves e à concentração de casos na capital. O monitoramento epidemiológico continuará sendo fundamental para identificar mudanças na circulação dos vírus e orientar medidas de proteção à população.

Ministério Público apura possíveis irregularidades em nove municípios de Rondônia

O Ministério Público de Rondônia (MPRO) instaurou e deu continuidade a 12 procedimentos administrativos e investigativos envolvendo prefeituras e órgãos públicos de nove municípios do estado. As medidas abrangem possíveis irregularidades em licitações, contratos de prestação de serviços, despesas com manutenção de veículos oficiais, obras de infraestrutura e questões ambientais. Os atos foram publicados na edição nº 201 do Diário Eletrônico da instituição, em 4 de novembro de 2026.

Entre os municípios envolvidos estão Costa Marques, Parecis, Porto Velho, Ariquemes, Alvorada do Oeste, Theobroma, Governador Jorge Teixeira, Espigão do Oeste e Pimenta Bueno. Os procedimentos possuem finalidades distintas, incluindo a apuração de possíveis irregularidades administrativas e o acompanhamento preventivo de políticas públicas. A abertura das investigações não representa comprovação de ilegalidades ou responsabilização dos envolvidos.

Em Costa Marques, a 1ª Promotoria de Justiça converteu um procedimento preparatório em inquérito civil para investigar possíveis irregularidades no Pregão Eletrônico nº 11/2025. A apuração envolve a condução e a revogação do processo licitatório, além de contratações posteriores de horas-máquina. O Ministério Público pretende verificar a legalidade dos atos administrativos, as justificativas apresentadas e a eventual ocorrência de prejuízos aos cofres públicos.

No município de Parecis, a investigação está relacionada às despesas com a manutenção de uma caminhonete Fiat Toro pertencente à administração municipal. O órgão busca esclarecer se os valores destinados aos reparos foram devidamente justificados e se houve gastos incompatíveis com os serviços executados. Entre as hipóteses examinadas estão possíveis casos de superfaturamento e utilização irregular de recursos públicos.

Em Porto Velho, a 14ª Promotoria de Justiça instaurou inquérito civil para apurar possíveis danos ambientais relacionados às atividades do Frigorífico Frigoraça, localizado na Estrada Areia Branca, zona rural da capital. A investigação abrange suspeitas de supressão de vegetação, intervenções em áreas protegidas, utilização de recursos hídricos e atividades potencialmente poluidoras. O objetivo é verificar o cumprimento da legislação ambiental e identificar eventuais danos que necessitem de recuperação.

As ações de fiscalização também alcançam obras públicas e serviços educacionais. Em Ariquemes, o MPRO acompanha intervenções de drenagem pluvial e recuperação da infraestrutura viária na região da Via Colibri/Sabiá. Já em Alvorada do Oeste, os procedimentos tratam de possível descumprimento da jornada de trabalho de uma servidora pública e do acompanhamento da regularização de serviços educacionais.



Ao todo, 12 procedimentos envolvem licitações, contratos públicos, despesas com veículos oficiais, obras de infraestrutura, questões ambientais e fiscalização da educação.

Nos municípios de Theobroma e Governador Jorge Teixeira, a atuação ministerial está relacionada ao acompanhamento dos Planos Municipais de Educação. Em Espigão do Oeste, a fiscalização envolve laboratórios didáticos móveis, enquanto em Pimenta Bueno os procedimentos tratam de negociações para possíveis acordos de não persecução penal.

Durante as apurações, o Ministério Público poderá analisar documentos administrativos, processos licitatórios, contratos, notas fiscais e comprovantes de pagamento, além de solicitar esclarecimentos aos responsáveis. Dependendo dos resultados, os procedimentos poderão resultar na adoção de medidas judiciais ou extrajudiciais, ou ser arquivados caso não sejam identificadas irregularidades.

Prefeitura de Porto Velho prepara moradores para simulado de segurança da barragem de Santo Antônio

A Prefeitura de Porto Velho, por meio da Defesa Civil Municipal, e a AXIA Energia realizarão 17 simulados de segurança da barragem da Hidrelétrica Santo Antônio, entre 4 e 7 de dezembro.

Os exercícios ocorrerão às 9 e às 15 horas, conforme a região, e terão participação de moradores da Zona de Autossalvamento (ZAS). A população receberá orientações sobre o acionamento de sirenes, rotas de fuga e pontos de encontro.

Durante os exercícios, os participantes deverão seguir as rotas sinalizadas após o toque das sirenes e procurar os pontos de encontro, onde receberão instruções da Defesa Civil. No dia 3 de dezembro, a usina realizará um teste do sistema de alerta, sem participação dos moradores.

A população da Zona de Autossalvamento deverá atualizar seus dados entre 18 de novembro e 18 de dezembro pelo formulário de cadastro.

O procedimento permitirá identificar moradores que precisam de auxílio em caso de emergência. As informações sobre os exercícios estão disponíveis no site dos simulados.

"A população precisa ser orientada e ter informações detalhadas de como tudo acontece nesses simulados", disse o prefeito Léo Moraes.

O superintendente da Defesa Civil Municipal, Marcos Berti, ressaltou a atuação das equipes na prevenção de acidentes. "Esse fator de prevenção é um dos nossos pilares".



Exercícios serão realizados entre 4 e 7 de dezembro, com orientações aos moradores sobre sirenes, rotas de fuga e pontos de encontro em caso de emergência.

O coronel Marcelo Duarte, diretor-executivo da Defesa Civil, também destacou a necessidade dos treinamentos e afirmou que "por isso são tão importantes os simulados".

PF e ICMBio combatem garimpo ilegal no Parque Nacional Mapinguari em Rondônia

A Polícia Federal realizou, entre os dias 17 e 19/11, a Operação Caraíba VI, com o objetivo de combater o garimpo ilegal no interior do Parque Nacional Mapinguari, Unidade de Conservação federal de proteção integral localizada na divisa entre os estados de Rondônia e Amazonas.

A ofensiva buscou interromper a extração clandestina de minérios e estancar os danos causados ao ecossistema amazônico em uma das áreas mais sensíveis da região.

A ação contou com o apoio logístico e operacional do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e foi executada por equipes especializadas em campo, com deslocamento aéreo realizado por helicópteros até pontos de difícil acesso na floresta fechada.

A ofensiva integra a Operação Madeira Mamoré II, força-tarefa permanente voltada à prevenção, à repressão e ao enfrentamento de crimes ambientais, desmatamento e invasões de terras públicas na região.

Durante os três dias de atividades, os agentes realizaram sobrevoos de reconhecimento e incursões terrestres, localizando frentes de garimpo em pleno funcionamento.

A destruição imediata do material no interior da mata foi necessária devido ao severo isolamento geográfico e à ausência de vias terrestres na área, o que inviabilizava a remoção e o transporte seguro dos equipamentos apreendidos.

As investigações da Polícia Federal continuam em andamento para identificar os responsáveis financeiros, os operadores logísticos e os eventuais receptadores do minério extraído ilegalmente.



Operação Caraíba VI identificou estruturas ilegais de garimpo em atividade.

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 061/2026 – SRP
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1970/2026/SEMED

O Município de Alto Paraíso/RO torna público que realizará licitação na modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, modo de disputa aberto, para futura e eventual aquisição de pneus novos, câmaras de ar e agente redutor líquido automotivo – ARLA 32, destinados ao atendimento das Secretarias Municipais. Critério de julgamento: menor preço por lote. Ampla concorrência, com lotes exclusivos para ME/EPP. Valor estimado: R$ 1.049.905,03. Abertura: 10/12/2026, às 10h00 (horário de Brasília). Edital disponível em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br. Informações: (69) 99974-9293, e-mails: cpl.pmap123@hotmail.com.

Alto Paraíso/RO, 23 de novembro de 2026.

Thiago Santos de Souza
Pregoeiro/Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
ELETRÔNICA nº 014/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2666/2026

Objeto: "AQUISIÇÃO DE 02 (DUAS) SMART TVS LED DE 43 POLEGADAS, DESTINADAS À COMPLEMENTAÇÃO DO QUANTITATIVO PREVISTO NO PLANO DE TRABALHO VINCULADO AO TERMO DE CONVÊNIO Nº 550/2024/PGE-SEDUC, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO MUNICIPIO DE ALTO PARAISO - RO" Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor estimado: R$ 4.180,00 (quatro mil, cento e oitenta reais). Data e Horário da fase de lances: 01/12/2026, das 09h30min. às 15h30min. (Horário de Brasília). Os documentos pertinentes estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br.

Alto Paraíso/RO, 23 de novembro de 2026.

Eliene da Silva
Pregoeira/Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO: 1-2860/SEMTAS/2026.
A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, apresenta a presente justificativa para a dispensa de chamamento público visando à celebração de parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com fundamento no artigo 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
DO OBJETO: A parceria tem como finalidade contribuir para a continuidade e o fortalecimento dos serviços socioassistenciais destinados às pessoas com deficiência e suas famílias. Os recursos financeiros são provenientes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, responsável pela Política de Assistência Social, por meio da Programação nº 110040320260001, conforme Termo de Responsabilidade, Espelho da Programação da Rede SUAS e Resolução nº 002, de 12 de março de 2026.
DO VALOR: R$ 100.000,00
PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da parceria será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento dos recursos.
DA CONCLUSÃO: A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS manifesta-se favoravelmente à dispensa de chamamento público para a formalização da parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando à execução das ações previstas no Plano de Trabalho. A justificativa em sua íntegra encontra-se no portal; http://www.altoparaiso.ro.gov.br/ e http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, Código Identificador: FAF689F7, data de circulação 24/11/2026.

Alto Paraíso/RO, 23 de novembro de 2026

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE CHUPINGUAIA - RO

EXTRATO DO CONTRATO N°.0335/26
MUNICÍPIO DE CHUPINGUAIA. E GARCEZ EVENTOS LTDA

OBJETO: contratação de empresa especializada para realização de apresentação artística da cantora KIRA GARCEZ, com o espetáculo "NATAL ENCANTADO", no Município de Chupinguaia/RO. Proc. Lic. Nº 0080/26, Proc. Adm. Nº 2293/26. DA DOT.: 02.11.00 SEMECTUR 27.812.0039.2276.0000 – CUSTEIO DAS ATIVIDADES CULTURAIS, ARTISTICAS E ESPORTIVAS 3.3.90.39.00 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS – PESSOA JURIDICA N. DE EMP. Nº 4980 e 4981 DE 20 DE NOVEMBRO DE 26. DO VALOR: R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais). DO PRAZO: 30 (trinta) dias. DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 20 de novembro de 2026.

RAQUEL LISBOA LOUBACK
Procuradora Municipal

Idoso de 72 anos é preso por suspeita de estupro de vulnerável na zona rural de Rondônia

Um homem de 72 anos foi preso na manhã de sábado (21), suspeito de estupro de vulnerável, durante o cumprimento de um mandado de prisão preventiva na zona rural de Vale do Paraíso (RO).

A operação foi desencadeada de forma integrada pelas forças de segurança da região para dar cumprimento à ordem judicial.

A prisão ocorreu por volta das 8h30, no distrito de Santa Rosa, localidade situada a cerca de 20 quilômetros da área urbana do município. Segundo informações policiais, a equipe iniciou as buscas na propriedade do investigado, mas ele não foi localizado inicialmente.

Após receber informações de familiares e realizar diligências nas imediações, os militares seguiram até um sítio vizinho, onde encontraram o homem trabalhando na escavação de um poço. Ele não ofereceu resistência no momento da abordagem e foi informado sobre o teor da ordem de prisão.

De acordo com a investigação, o crime teria ocorrido há aproximadamente dois anos, quando a vítima tinha 15 anos. As apurações tiveram início após o registro formal da denúncia junto às autoridades locais, que reuniram depoimentos e indícios preliminares sobre o ocorrido.

O mandado de prisão foi expedido pela Justiça da Comarca de Ouro Preto do Oeste no dia 13 de novembro, após solicitação da Promotoria de Justiça do Ministério Público de Rondônia (MPRO).

A medida de prisão preventiva foi determinada no curso da investigação, com o objetivo de garantir o andamento do processo, evitar possíveis interferências na coleta de provas e permitir que o caso seja analisado pelas autoridades competentes. O suspeito deverá permanecer à disposição da Justiça durante os procedimentos previstos e passará por audiência de custódia para verificação da legalidade da detenção. Depois de detido, o idoso foi encaminhado à Unidade Integrada de Segurança Pública (UNISP) de Ouro Preto do Oeste para o registro da ocorrência, e exame de corpo de delito.

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO DE PRAZO AO CONTRATO Nº 014/PMAP/2026.

PROCESSO: 1-2774/SEMOSP/2025.
CONTRATADA: R & R LTDA, nome fantasia Meta Serviços, pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrita no CNPJ sob o nº 11.006.117/0001-07.
DO OBJETO: Esse termo tem por objeto a prorrogação de prazo de execução previsto na Cláusula Sexta do Contrato nº 014/PMAP/2026.
DO PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução do Contrato fica prorrogado por mais 90 dias corridos, no período de 17/12/2026 a 16/03/2027.
DA RATIFICAÇÃO: Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas do contrato firmado que, expressa ou implicitamente, não conflitem com as disposições deste termo. O Termo aditivo em sua íntegra encontra-se no portal; http://www.altoparaiso.ro.gov.br/ e http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, Código Identificador: 686C26B0, data de circulação 24/11/2026.

Alto Paraíso/RO, 18 de novembro de 2026.

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

AVISO DE CHAMADA PÚBLICA N° 006/2026
PROCESSO N. 4203/2026/SEMAGRI

A Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste/RO, por intermédio da Secretaria Municipal de Agricultura, e comissão de avaliação e seleção de propostas, portaria nº 517/2022 de 24/05/2022, com esteio na Lei nº 13.019, de 31/06/2014, e alterações posterior, Decreto nº 8.726 de 27/04/2016, torna público o presente Edital de Chamamento Público Nº 006/2026, para seleção de organizações da sociedade civil de pequenos e médios produtores rurais do Município de Machadinho D´Oeste – RO, para destinação de 08 tratores. Do Período de Publicidade do Edital e Data para entrega dos envelopes de 24/11/2026 até 10/12/2026 às 08h30min. Data da Sessão Pública para Abertura dos Envelopes de Propostas será dia 10/12/2026 às 09hrs00min. O Edital da sessão e anexos estão disponíveis no Portal da Transparência do Município, www.machadinho.ro.gov.br. Informações em dia úteis das 07h30min às 13h30min (horário local) na Av. Rio de Janeiro 3098 – Centro – Machadinho D'Oeste - RO – Fone (69) 3581-3278 ou e-mail: machadinhocpl@gmail.com

Machadinho D'Oeste - RO, 18 de novembro de 2026.

Samara Raquel Kuss de Souza
Presidente da Comissão

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE ALTO PARAÍSO - RO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO N°.: 064/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO nº 2505/2026
MODO DE DISPUTA ABERTO
AMPLA CONCORRÊNCIA

Objeto: "AQUISIÇÃO DE IMPLEMENTOS AGRICOLAS (COLHEDORA DE FORRAGEM TRATORIZADA) PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA (SEMAGRI)". Critério de Julgamento: MENOR PREÇO POR ITEM. Valor total estimado: R$ 101.600,00 (cento e um mil, e seiscentos reais). Início da sessão pública dia 11/01/2027 às 10h00min (horário de Brasília). O edital e sessão estão disponíveis em: www.licitanet.com.br e www.altoparaiso.ro.gov.br.

Alto Paraíso/RO, 23 de novembro de 2026.

Eliene da Silva
Pregoeira/Agente de Contratação

ESTADO DE RONDÔNIA PREFEITURA MUNICIPAL DE MACHADINHO D'OESTE

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRONICO Nº 38/SEMADFAZ/2026

Órgão Requisitante: Prefeitura Municipal de Machadinho D'Oeste através da Secretaria Municipal de Administração e Fazenda. Processo Administrativo nº 1607/2026. Objeto: Registro de preços para contratação de serviços contínuos de fornecimento de sistema integrado de gestão de frota, associado a uma ampla rede credenciada oficinas, com vistas a atender as necessidades de manutenção preventiva e corretiva com fornecimento de peças e acessórios para os veículos oficiais da prefeitura de Machadinho D´Oeste/RO. Na forma da Lei nº. 14.133/21 e LC nº 123/2006 com suas realizará o Pregão Eletrônico do tipo Maior Desconto Sobre a Taxa Administrativa, Modo de Disputa: Aberto. Valor Previsto R$ 6.010.569,80 (Seis milhões, dez mil, quinhentos e sessenta e nove reais e oitenta centavos). Envio das propostas será das 09h00min do dia 24/11/2026 até as 08h30min do dia 09/12/2026. Início da sessão pública virtual será às 09h00min do dia 09/12/2026. (Horários de Brasília). Local da disputa virtual: (https://www.licitanet.com.br/). Edital e anexos disponíveis no referido site e/ou no site institucional do órgão: www.machadinho.ro.gov.br. Informações Complementares na Diretoria de Compras, sediada à Avenida Rio de Janeiro, 3098, Centro, Machadinho D´Oeste – RO, em dias úteis das 07h30min, às 13h30min. Contato telefone: (69) 3581-3278 e/ou e-mail: cpl@machadinho.ro.gov.br

Machadinho D'Oeste - RO, 23/11/2026

Samara Raquel Kuss de Souza
Pregoeira



Atleta de 11 anos de Porto Velho conquista prata no Brasileiro de Beach Tennis

O atleta porto-velhense Diogo Felipe Azevedo, de 11 anos, conquistou a medalha de prata na categoria Sub-12 no 8º Campeonato Brasileiro de Seleções Estaduais de Beach Tennis, disputado entre os dias 18 e 22 de novembro de 2026, nas quadras do Praia Clube, em Uberlândia (MG).

Integrando a equipe da Federação Paulista de Beach Tennis (FPBT), ele tornou-se o primeiro atleta Sub-12 de Rondônia a obter uma medalha em competição oficial de nível nacional.

Selecionado após avaliação técnica da comissão paulista para atuar contra adversários de até 12 anos, Diogo cumpriu um ciclo de três meses de preparação física, técnica e nutricional em Porto Velho antes da viagem. Os treinos em quadra foram conduzidos pelo técnico rondoniense Joedes Soares (Jobs).



Diogo Felipe Azevedo sagrou-se vice-campeão Sub-12 pela Seleção Paulista em Uberlândia (MG) e tornou-se o primeiro rondoniense da categoria a faturar medalha nacional.

Campanha da Seleção Paulista até a decisão

Ao lado dos companheiros de equipe Arthur, Henrique, Iasmin, Gabriela e Isabela, sob o comando da técnica Ana (Aninha), Diogo integrou a campanha da Seleção Paulista ao longo do torneio: na estreia, a equipe venceu o Pará por 2 confrontos a 1; nas quartas de final, superou Goiás por 2 a 0; na semifinal, virou contra o Espírito Santo por 2 a 1; e na final, diante do Ceará, foi superada por 2 a 0, com o confronto masculino decidido no tie-break.

O pai e incentivador do atleta, Ueliton Azevedo, destacou o desempenho do filho na categoria acima da sua faixa etária e agradeceu à Federação Paulista de Beach Tennis, ao presidente Alexandre Filho (Xandinho) e à comissão técnica pela estrutura e pela confiança na convocação.

Planejamento para a temporada de 2027

Após o resultado em Uberlândia, o calendário de Diogo Felipe Azevedo para 2027 prevê participação nas etapas do Campeonato Brasileiro Interclubes (CBI) de Beach Tennis, defendendo a Associação Miners Sports, cuja equipe em formação também é treinada por Joedes Soares (Jobs).

As etapas programadas passam pela Região Sul (março), Região Sudeste (maio), Região Nordeste (julho), Estado de São Paulo (outubro) e Minas Gerais (dezembro), além da meta de disputar o Campeonato Pan-Americano da categoria, ainda sem local e data definidos.

ESTADO DE RONDÔNIA
PREFEITURA MUNICIPAL
DE ALTO PARAÍSO - RO

EXTRATO DE JUSTIFICATIVA PARA DISPENSA DE CHAMAMENTO PÚBLICO

PROCESSO: 1-2922/SEMTAS/2026.
A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS, no uso de suas atribuições legais, apresenta a presente justificativa para a dispensa de chamamento público visando à celebração de parceria com a Organização da Sociedade Civil (OSC), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, com fundamento no artigo 29 da Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014.
DO OBJETO: A parceria tem como finalidade contribuir para a continuidade e o fortalecimento dos serviços socioassistenciais destinados às pessoas com deficiência e suas famílias. Os recursos financeiros são provenientes do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, responsável pela Política de Assistência Social, por meio da Programação nº 110040320260003, conforme Termo de Responsabilidade, Espelho da Programação da Rede SUAS e Resolução nº 002, de 12 de março de 2026.
DO VALOR: R$ 150.000,00
PRAZO DE EXECUÇÃO: O prazo de execução da parceria será de 12 (doze) meses, contados a partir do recebimento dos recursos.
DA CONCLUSÃO: A Secretaria Municipal de Trabalho e Assistência Social – SEMTAS manifesta-se favoravelmente à dispensa de chamamento público para a formalização da parceria com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE, visando à execução das ações previstas no Plano de Trabalho. A justificativa em sua íntegra encontra-se no portal; http://www.altoparaiso.ro.gov.br/ e http://www.diariomunicipal.com.br/arom/, Código Identificador: E5A56F3F data de circulação 24/11/2026.

Alto Paraíso/RO, 23 de março de 2026

JOÃO PAVAN
PREFEITO MUNICIPAL

